



AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.
CNPJ/MF Nº 61.351.532/0001-68
NIRE Nº 35.300.052.463
COMPANHIA ABERTA

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2018 às 10h00

Em atendimento ao disposto nos artigos 9,10 e 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM”)

A **AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.** (Azevedo & Travassos ou Companhia) sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vicente Antonio de Oliveira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.351.532/0001-68, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia aberta categoria “A”, sob o código **11975**, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 e da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, vem apresentar a V.Sas. a seguinte Proposta da Administração (Proposta) relativamente às matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Azevedo & Travassos (Assembleia Geral) a ser realizada no dia 30 de abril de 2018, às 10h00, na sede da Companhia, conforme abaixo:

1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária.

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor Independente referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia propõe que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme divulgadas nesta data.

A Administração esclarece que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório do Auditor Independente, o Parecer do Conselho Fiscal, a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes, relativos às Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado), bem como, às Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (Controladora e Consolidado), foram arquivadas na CVM nesta data e estão disponíveis para consulta no website da Companhia (www.azevedotravassos.com.br) e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços, no prazo legal.

b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício (prejuízo)

A Companhia apurou um prejuízo líquido no exercício de 2017 no valor de R\$ 84.226 mil, a ser levado para prejuízo acumulado.



Demonstrativo da conta de Prejuízo Acumulado, em R\$ mil:

| | |
|--|---------|
| Prejuízo Acumulado do exercício de 2016: | 31.565 |
| Prejuízo Líquido de 2017: | 84.226 |
| Realização de Reserva de Reavaliação: | 59 |
| Transferência de Reserva legal: | - |
| Transferência do Lucro Retido: | - |
| Prejuízo Acumulado em 2017:..... | 115.732 |

A Companhia informa que em função da apuração de prejuízo no exercício não está obrigada à apresentação do Anexo 9 -1 II.

c) Fixar o número de conselheiros para compor o Conselho de Administração e eleger o seus membros

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros, eleitos em Assembleia, que também elegerá, entre estes, o Presidente. Nos termos do §1º do artigo 8º do referido Estatuto, o mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, estendendo-se até a investidura dos novos administradores, permitindo-se a reeleição.

O acionista controlador da Companhia indicou os seguintes candidatos, para reeleição para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até Assembleia Geral Ordinária que irá examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações contábeis do exercício social a findar em 31 de dezembro de 2018, podendo ser indicados outros candidatos até a data de realização da Assembleia ou mesmo quando da realização desta:

RICARDO DE ALEMEIDA PIMENTEL MENDES
RENATO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES
ALBANO JORGE MENDES
GUARACY SILVÉRIO DE SANT'ANA

Adicionalmente informamos que o acionista não controlador Bonsucex Holding S.A indicou os seguintes candidatos, para reeleição para o Conselho de Administração da Companhia:

CARLOS AUGUSTO REIS DE ATHAYDE FERNANDES
MARCOS REINALDO SEVERINO PETERS

Em cumprimento à ICVM 481/09, o Anexo II contém as informações mínimas previstas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência com relação aos candidatos indicados pelo acionista controlador ao Conselho de Administração da Companhia bem como ao Conselho Fiscal.

d) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal e eleger os seus membros

De acordo com o Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, terá caráter não permanente, somente sendo instalado mediante convocação dos acionistas, será composto de, no mínimo 03 (três) e no máximo 5 (cinco) membros titulares e suplentes, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, competindo a esta a fixação a definição do número de membros.

O acionista controlador indica a reeleição dos candidatos abaixo:

- Membros Efetivos
 - Walter Ramos Filho
 - Luciano Neves Penteadó Moraes
 - Genival Francisco da Silva.

- Suplentes
 - Marcos Luiz Virgínio da Cruz
 - João Severino da Silva.
 - João Francisco de Biase Wright.

Adicionalmente informamos que o acionista não controlador Bonsucex Holding S.A indicou os seguintes candidatos e seus suplentes que participarão do processo de eleição para o Conselho Fiscal:

- Membros Efetivos
 - Edmundo de Macedo Soares e Silva Filho
 - Fábio Gallo Garcia

- Suplentes
 - Célio de Melo Almada Neto
 - Gabriela Roller Curi.

e) Fixar a remuneração dos administradores e conselheiros

A Administração da Companhia propõe a manutenção do atual limite da remuneração de até de R\$ 2.820.000,00 (dois milhões e oitocentos e vinte mil reais) para, de modo global, atender à remuneração da Diretoria e Conselhos, no período de 01/05/2018 a 30/04/2019.

2. Condições Financeiras e Patrimoniais

Os comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução nº 480/09 da Comissão de Valores Mobiliários (Instrução CVM 480), estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo I da presente Proposta.

3. Item 12 do Formulário de Referência

Em cumprimento à ICVM 481/09, o Anexo II contém as informações previstas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência com relação aos candidatos indicados pelo acionista controlador para compor os Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal.

4. Item 13 do Formulário de Referência

Nos termos do artigo 12 da Instrução CVM 481, as informações indicadas no item 13 Formulário de Referência, Remuneração dos Administradores, previsto na Instrução CVM 480, com a redação conferida pela ICVM 552, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo III da presente Proposta.



5. **Voto à Distância**

De acordo com o artigo 11 da Instrução CVM 561/15, alterada pela Instrução CVM 570/15, a Companhia está obrigada à adoção do Voto à Distância a partir do exercício de 2017.

São Paulo, 29 de março de 2018

Azevedo & Travassos S.A.
Abelardo Gomes Parente Junior
Diretor de Relações com Investidores.



ANEXOS

| | |
|---|----|
| Anexo I – Comentários dos Diretores Item 10 do Formulário de Referência..... | 06 |
| Anexo II – Informações dos Candidatos ao Conselho de Administração. Item 12 do Formulário de Referência..... | 18 |
| Anexo II – Informações dos Candidatos ao Conselho Fiscal Item 12 do Formulário de Referência..... | 27 |
| Anexo III – Remuneração dos Administradores Item 13 do Formulário de Referência | 34 |

ANEXO I

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1 CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS

Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

O Patrimônio Líquido da ATSA, em 31/12/17, passou para um valor negativo de R\$ 78.339 mil. Adiante tem-se o seu comportamento nos últimos 3 anos:

| Anos | R\$ mil |
|-------------|----------------|
| 2015 | 45.123 |
| 2016 | 5.687 |
| 2017 | (78.339) |

Esta queda foi motivada pelos prejuízos registrados nos anos de 2016 e 2017.

É importante frisar que a Companhia é proprietária de imóveis localizados na cidade de São Paulo, contabilizados por R\$ 20.181 mil, cujo valor venal de referência usado para cálculo de ITBI é de R\$ 48.079 mil representando uma diferença de R\$ 27.898 mil.

Tem-se também uma diferença de R\$ 10.185 mil, referente ao terreno (lote 09), que foi capitalizado na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. apresentando um valor contábil de R\$ 3.650 mil e que tem Laudo de Avaliação elaborado em dezembro/17 por empresa especializada, por ocasião da negociação com o Banco China Construction Bank - CCB, no valor de R\$ 13.835 mil.

Essas diferenças totalizam o montante de R\$ 38.083 mil que poderia ser incorporado ao patrimônio da Companhia se os terrenos fossem registrados pelo seu valor justo.

Estes terrenos localizados na cidade de São Paulo e somam uma área total de 156 mil m².

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS - I no valor de R\$ 45.445 mil (R\$ 44.990 mil em 2016 e R\$ 44.595 mil em 2015), são os passivos mais relevantes da Companhia.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as suas obrigações decorrentes dos débitos incluídos no programa não serão consideradas na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto às instituições financeiras oficiais federais.

A Diretoria da ATSA deliberou por permanecer no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS- I).

Das despesas financeiras registradas em 31/12/17, no valor de R\$ 2.507 mil (R\$ 2.047 mil em 31/12/16) tem-se que R\$ 2.140 mil (R\$ 1.790 mil em 31/12/16), foram principalmente geradas pelo seu passivo fiscal, incluído no REFIS e que continuam a impactar o resultado da Companhia sem, no entanto, afetar significativamente o seu fluxo de caixa. Os restantes R\$ 367 mil foram gerados por despesas financeiras bancárias (R\$ 257 mil em 31/12/16).

Em 31/12/17, o endividamento bancário com linha de capital de giro estava zerado contra valor R\$ 1.000 mil em 31/12/16.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações considerando início da retomada econômica do País.

b. estrutura de capital

A Companhia e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE) utilizam recursos de terceiros através de contratação de linhas de financiamentos bancários para efetuar adiantamentos de recebíveis oriundos de seus contratos de prestação de serviços, para atender à sua necessidade de capital de giro. A partir de outubro/17 os empréstimos bancários foram centralizados na ATE.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Desde 2016, a Azevedo & Travassos S.A. (ATSA) e a sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE) passaram a sentir o impacto da crise econômica, com substancial redução das suas receitas e com reflexos nos resultados dos Balancetes trimestrais e no Balanço de 31/12/17, crise esta que afetou a grande maioria das empresas no Brasil.

A ATSA e a ATE estão, desde o segundo trimestre/16, atravessando uma fase caracterizada pela diminuição da sua Carteira de Obras, uma vez que as obras contratadas estão se encerrando e a reposição normal da Carteira não está acontecendo, uma vez que os contratos de maior vulto deverão acontecer a partir do segundo semestre de 2018.

Em face das renegociações de empréstimos bancários tomados pela ATE e pela sua adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, a Diretoria estima que empresa não terá dificuldades em cumprir os seus compromissos financeiros. Ver item 10.8.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Até setembro de 2017 a Companhia utilizou linhas de créditos referentes a adiantamento de recebíveis e Cartão de Crédito Corporativo tomado junto ao Banco do Brasil para capital de giro.

A sua Controlada recebeu financiamentos bancários principalmente do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e China Construction Bank – CCB.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

No exercício de 2017 a Companhia não se utilizou de linhas de financiamento para investimentos. Para o exercício de 2018 as necessidades de capital de giro poderão ser atendidas por linhas de financiamento de curto prazo, adiantamento de recebíveis e créditos rotativos, garantidos pelos créditos decorrentes dos próprios contratos de prestação de serviços que vierem a ser celebrados.

Ver itens 10.8 a.i e a.ii.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O principal débito da Companhia refere-se a dívida para com o REFIS - I Federal registrado no Passivo Circulante e no Exigível a Longo Prazo, em 31/12/17 nos montantes de R\$ 2.101 mil e R\$ 43.344 mil, respectivamente, totalizando R\$ 45.445 mil, contra R\$ 44.990 mil verificado no ano anterior e R\$ 44.595 mil em 2015.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos relevantes.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeira:

A Companhia não possui.

iii. grau de subordinação entre as dívidas:

Não aplicável

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo estas restrições:

A ATSA não possui restrições em relação ao acima citado. Vale, contudo, registrar que sendo optante pelo REFIS, a Companhia possui bens imóveis arrolados no âmbito daquele parcelamento.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Não aplicável.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Em 2017, a Receita bruta alcançou o valor de R\$ 16.510 mil (R\$ 4.541 mil em 2016 e R\$ 29.298 mil em 2015), através da prestação de serviços para a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e da execução de obras do METRÔ – SP.

No ano de 2017 não houve receita financeira de pagamentos, pela ATE, de Juros sobre Capital Próprio.

O quadro abaixo mostra o comportamento dos resultados líquidos nos últimos anos:

| Resultados Líquidos – ATSA em R\$ mil | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Rubrica / ano | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| Lucro/Prejuízo Líquido | 7.075 | 1.245 | (39.763) | (84.226) |

O resultado, no período de janeiro a dezembro /17, correspondeu a resultado negativo de R\$ 84.226 mil, sendo que em 2016 a ATSA operou também com prejuízo.

Este resultado desfavorável deve-se principalmente:

- Equivalência Patrimonial

A expressiva Influência do valor negativo da Equivalência Patrimonial da controlada ATE no montante de R\$ 73.530 mil, para o ano de 2017 (valor de R\$ 33.294 mil também negativo em 2016).

- Demanda de serviços

Pouca demanda por serviços contratados pela Companhia.

10.2 RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Ver item 10.1.h.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A redução dos resultados operacionais ocorreu principalmente devido à diminuição dos serviços contratados diretamente pela Companhia com órgãos públicos e pela equivalência patrimonial, além das despesas financeiras do REFIS .

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não aplicável.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

No exercício de 2017, os impactos acima indicados não foram relevantes diante do perfil da empresa.

10.3 EFEITOS RELEVANTES NAS DF'S

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve no ano de 2017.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve no ano de 2017

c. eventos ou operações não usuais:

Não houve no ano de 2017..

10.4 MUDANÇAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E RESSALVAS E ÊNFASES

Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não ocorreram mudanças e nem efeitos significativos.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:

O Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentou ênfases e não ressalvas.

10.5 POLITICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Contingências

Baseado no Relatório dos Advogados a administração aumentou a provisão para contingências de R\$ 3.400 mil em 31/12/16 para R\$ 6.690 mil em 31/12/17.

Prejuízo Fiscal do Imposto de Renda e Base Negativa

a) Azevedo & Travassos S.A. (ATSA)

A Companhia possui Prejuízos Fiscais do Imposto de Renda e Base Negativa de Contribuição Social, relativos aos exercícios de 2000 a 2008, no montante de R\$ 73.349 mil, gerando um crédito de R\$ 12.469 mil, para ser compensado com lucros tributáveis futuros. Até 31/12/14, foram utilizados R\$ 4.767 mil desse crédito, restando um saldo de R\$ 7.702 mil. Em 2015 não foi utilizado nenhum valor desse crédito, permanecendo um saldo reconhecido, em 31/12/15, de R\$ 7.702 mil, (R\$ 1.602 mil por conta da provisão de IR e CS sobre a Reavaliação de Imóveis e R\$ 6.100 mil por conta de lucros tributáveis futuros). Em 31/12/16, o crédito fiscal deferido acrescido do prejuízo acumulado no exercício perfaz o montante de R\$ 10.483 mil. Em 2017 tem-se um crédito fiscal de R\$ 1.650 mil e ao utilizar-se o parcelamento do PERT no valor de R\$ 1.619 mil, o crédito fiscal diferido passou para R\$ 10.514 mil.

A ATSA, tem ainda R\$ 2.444 mil de créditos referente a prejuízos fiscais não reconhecidos, que tendo uma previsão melhor de sua realização, poderão ser ativados, com efeito no Patrimônio Líquido.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.(ATE)

- Imposto Fiscal Diferido

Face a postergação dos contratos e em função de algumas indefinições para dar suporte à realização de prejuízo fiscal adicional, a Administração optou por reduzir o reconhecimento do Imposto Fiscal diferido de R\$ 27.325 mil em 30/09/17 para R\$ 22.085 mil em 31/12/17, o que causou um efeito negativo no resultado de R\$ 5.240 mil. Ressalte-se que ficou um saldo de R\$ 20.620 mil em prejuízos fiscais diferidos para serem reconhecidos futuramente.

- Custos a apropriar

Em 30/09/17 tinha-se R\$ 24.488 mil (R\$16.187 mil em 31/12/16) de custos a apropriar em contratos a serem performados registrados no ativo circulante. Face ao adiamento dos inícios dos contratos, a Administração decidiu conservadoramente lançar a resultado os custos a apropriar no valor de R\$ 22.023 mil, ficando um saldo de R\$ 1.711 mil em 31/12/17. Salientando que com essa baixa, os contratos apresentarão um resultado melhor quando forem iniciados e executados.

10.6 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NA DFS'

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

A Companhia não possui ativos, passivos ou compromissos que não tenham sido apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais.

ii. carteira de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os riscos são os inerentes a toda empresa de construção civil em relação às suas obras executadas.

iii. contratos de futura compra de produtos ou serviços

Não há.

iv. contratos de construção não terminada

No exercício de 2017, as obras de término para o METRÔ SP se desenvolveram dentro das condições definidas no contrato firmado com este Cliente.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.7 COMENTÁRIOS SOBRE ITENS EVIDENCIADOS

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação:

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não aplicável.

10.8 PLANO DE NEGÓCIOS

1. Áreas de Negócios

A Companhia Azevedo & Travassos S.A. (ATSA) e as suas controladas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (AT-INFRA) e as suas subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atividades nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração/Completação de Poços
- Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, com o atual cenário de retomada de crescimento da economia do País, tendem a demandar serviços em maior escala que necessitarão de empresas com a expertise e a credibilidade das empresas do Grupo Azevedo & Travassos.

A abrangência das Áreas de Negócios pode ser assim resumida:

a) Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura

a.1) A Azevedo & Travassos (ATSA, ATE e ATI - INFRA) participa, de forma muito seletiva, em licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. Diante da crise orçamentária de alguns Estados e Municípios, o objetivo será trabalhar para aqueles que apresentem *superavit* orçamentário e que terão planos de investimentos para os próximos anos.

a.2) Os planos de investimentos das empresas concessionárias de serviços públicos tendem a demandar serviços para o segmento de Construção Pesada e os principais setores que absorverão estes investimentos são os de mobilidade urbana, estradas, ferrovias, portos, saneamento e aeroportos. Também tem-se a expectativa do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI que poderá gerar R\$ 142 bilhões em investimentos nos próximos anos. Recentemente, o Conselho do PPI aprovou 31 empreendimentos em infraestrutura no valor de R\$ 10 bilhões. Existe também uma expectativa muito favorável para o setor de infraestrutura com novas licitações de concessões

a.3) No segmento de Construção Civil Industrial, com a retomada do crescimento da economia e consequente aumento do consumo, já existe a expectativa, em alguns setores, de investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção. A Diretoria está empenhada em conquistar novos Clientes e, assim, oferecer maior equilíbrio à sua Carteira de Obras.

b) Montagem Eletromecânica

A Azevedo & Travassos participa intensamente no segmento de Óleo e Gás (gasodutos, oleodutos e montagem eletromecânica) além de montagem de dutos em geral, tais como etanoldutos e minerodutos. Seus principais clientes são:

PETROBRAS, Concessionárias de Gás, Indústrias Química, Farmacêutica e Petroquímica, Mineradoras e Transportadoras de Combustíveis.

Quanto ao mercado de Concessionárias de Gás, pretende-se manter a sua atuação junto aos seus Clientes tradicionais, como: BAHIA GÁS, BR DISTRIBUIDORA, CEG/GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo). Com a retomada do crescimento estas concessionárias devem incrementar seus planos de investimento. A Azevedo & Travassos mostra-se preparada e bem posicionada no mercado, tanto técnica como comercialmente, para participar de licitações com preços competitivos e assumir novos contratos importantes nesta área.

c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

c.1) Perfuração Direcional Horizontal

A Azevedo & Travassos executa serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros, com boas expectativas de serviços em função das possibilidades de novas contratações. Esta Área de Negócios, está abrindo novas frentes e oportunidades de serviços, inclusive na área marítima (“off shore”).

c.2) Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completação com sondas terrestres em poços de petróleo estão suspensos desde 2012. O retorno à estas atividades poderá acontecer tão logo este segmento se mostre atrativo. Existe uma expectativa de aumento das licitações de áreas de exploração e produção de petróleo em terra, além da Petrobras repassar para a iniciativa privada Campos de Petróleo com produções “marginais”, o que poderá levar a um aumento da demanda por este tipo de serviços

d) Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás

Aproveitando a experiência da área de perfuração e produção de petróleo, iniciou-se, a partir de 2016, participação no mercado de manutenção de instalações existentes de processamento, armazenamento e transporte de óleo e gás. Esta é uma área em franca expansão devido ao grande período em que a PETROBRAS ficou sem investir neste setor.

Atualmente, a Azevedo & Travassos já conseguiu se consolidar nesta nova área de atuação e conta com contratos com a PETROBRAS e com a TRANSPETRO que somam cerca de R\$ 57 milhões a performar.

e) Desenvolvimento Imobiliário

A ATSA possui cerca de 156 mil m² em terrenos (incluindo o lote de 56 mil m², onde está situada a sua sede), na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Faz parte da estratégia da Azevedo & Travassos o desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, que vêm sendo realizados através de subsidiárias na forma de SPE – Sociedade de Propósito Específico, visando atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda. Também está sendo considerada a desmobilização dessas áreas para fazer frente aos seus passivos, uma vez que com a melhora das expectativas para a economia, já está surgindo uma movimentação positiva desse mercado, inclusive com o aparecimento de potenciais investidores nos referidos imóveis.

Confirmando esta percepção, tem circulado nos meios de comunicação a informação que as Incorporadoras deverão reforçar a compra de terrenos para manter a sua expansão para um horizonte de 3 anos de lançamentos.

2. Retrospectiva do ano de 2017

Como é de amplo conhecimento, recentemente o Brasil experimentou a pior recessão de sua história e consequentemente com forte impacto negativo nas empresas aqui instaladas.

Estudo da SERASA Experian (jul/2017) mostra que o número de empresas inadimplentes no Brasil bateu recorde em maio/2017. Cerca de 5,1 milhões de CNPJs estavam negativados, a maior quantidade

registrada desde março de 2015, quando o levantamento passou a ser feito. Em relação a maio de 2016 houve um aumento de 15,9%.

É sabido também que os mercados de Construção Pesada e Civil, Infraestrutura, Montagem Eletromecânica e Imobiliário, em que atua a Azevedo & Travassos, foram dos mais afetados pela recessão a partir do segundo semestre/16. Desde essa data, a Azevedo & Travassos está atravessando um período caracterizado pela substancial diminuição da Carteira de Obras, uma vez que as obras contratadas foram se encerrando e a reposição normal desta Carteira não foi acontecendo na velocidade que caracteriza a dinâmica do segmento, pois os Clientes passaram a postergar os seus investimentos, diante do cenário de crise política e econômica instalado no Brasil. Como decorrência, o faturamento médio anual consolidado da Azevedo & Travassos foi reduzido de R\$ 350 milhões para cerca de R\$ 140 milhões em 2016 e de R\$ 73,3 milhões em 2017, provocando uma situação de dificuldades no seu Fluxo de Caixa.

Mesmo diante de uma situação desfavorável do mercado, a ATSA e a sua controlada ATE possuem, em seu *backlog*, contratos assinados num montante de R\$ 395 milhões a performar, assim discriminados:

- TRANSPETRO: Manutenção de Tanques em TEMADRE / Bahia. Saldo contratual de R\$ 32 milhões.
- LOGUM: Construção de 80 Km do etanolduto de 12" DN ligando as cidades de Guararé a São Caetano do Sul em SP. Saldo contratual de R\$ 250 milhões.
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO: Obras referentes a 2 contratos, sendo um para a execução de serviços de urbanização, iluminação e ciclovias entre as estações de Oratório e de São Mateus e o outro contrato para a realização de obras civis complementares de acabamento, instalações hidráulicas, comunicação visual, paisagismo e reurbanização em Estações de Passageiros da Linha 15 – Prata. Saldo contratual de R\$ 68 milhões.
- PETROBRAS-UOBA/Bahia: Construção de instalações de produção em campos terrestres da área sul. Saldo contratual de R\$ 25 milhões.
- Contratos de prestação de serviços diversos de menor porte com saldo contratual de R\$ 20 milhões.

Encontra-se em fase de adjudicação, por parte da PETROBRAS, a contratação da ATE para a execução de serviços de interligação de Esferas, montagem de Vaso, Subestação e Pintura de Tanques no COMPÉRJ, no valor de R\$ 129,5 milhões e prazo de 18 meses.

A Diretoria Comercial permanece trabalhando intensivamente na busca de novos contatos e na elaboração de propostas visando atender várias licitações já programadas pelos clientes.

Em complementação ao acima exposto, vale registrar as mais recentes negociações que alongaram o perfil das dívidas bancárias, assim resumidas:

a) Aditivos e Acordos já assinados com a ATE

- BANCO DO BRASIL
Firmado, em 29/09/17, Aditamento ao Contrato no valor de R\$ 14.682 mil, prazo de 7 anos, carência de pagamento de 6 meses de encargos e 9 meses de capital, tendo como garantia a hipoteca de terrenos.
- SAFRA
Firmado, em 06/10/17, Acordo Jurídico no valor de R\$ 1.258 mil, prazo de 4 anos, com garantia de Terrenos de propriedade da Imobel S.A. Urbanizadora e Construtora, empresa de propriedade dos sócios controladores da Companhia..
- BRADESCO
As 2 linhas de empréstimo referentes à Conta Garantida e ao Contrato da Capital de Giro foram incorporadas em um único contrato, no valor de R\$ 5.940 mil. Este novo contrato, assinado em 27/12/17, estabelece uma carência de juros de 6 meses e pagamento em 5 anos, tendo como garantia a alienação fiduciária de máquinas de perfuração direcional horizontal.

Nota

As negociações promovidas pela Diretoria da Azevedo & Travassos, resumidas acima, demonstram a confiança dos seus acionistas com o aporte de ativos, bem como das instituições financeiras na recuperação da empresa

b) Em fase de renegociação

• CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Em outubro/17 a Caixa Econômica Federal recebeu terrenos dados em garantia do financiamento no valor de R\$ 5.248 mil, reduzindo seu saldo para R\$ 3.324 mil.

Em fase final de sua repactuação visando uma dilatação no prazo para quitação deste empréstimo em 8 anos.

c) Em fase de Encerramento de Contrato

• CHINA CONSTRUCTION BANK - CCB

O contrato de financiamento firmado pela ATE com o China Construction Bank – CCB, no valor de R\$ 7.057 mil, está em fase final de formalização através da dação ao CCB do lote 09, localizado à Rua Marilac, Bairro de Pirituba, São Paulo uma vez que este imóvel figurou como garantia (alienação fiduciária) deste financiamento.

Neste acordo, o CCB concedeu exclusividade para a Companhia, um prazo de até 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, para que seja realizada a venda deste imóvel. Obtendo-se êxito na realização da venda por um valor superior ao da dívida corrigida acrescidas de despesas, o CCB receberá o valor correspondente ao montante do empréstimo e repassará a parcela excedente para a Companhia.

3. Potencial de recuperação

Apesar da difícil situação do atual fluxo de caixa, devido a expressiva queda de receita nos exercícios de 2016 e agora em 2017, como consequência da atípica postergação de início de obras constantes de sua Carteira de Contratos, tem-se no quadro adiante a previsão de Receita Bruta do Consolidado da Companhia, com base no saldo a executar de obras já contratadas, para os anos de 2018 a 2019, perfazendo um total de R\$ 395.220 mil.

Previsão - Receita Bruta Consolidada - em R\$ 1.000

| Área de Negócios | 2018 | 2019 | Total |
|---|----------------|----------------|----------------|
| <u>Obras contratadas – Saldo a executar</u> | | | |
| - Construção Pesada / Construção Civil | 68.340 | - | 68.340 |
| - Montagem Eletromecânica/ Perfurações | 190.415 | 136.465 | 326.880 |
| Total | 258.755 | 136.465 | 395.220 |

Nota

Não foi considerada no quadro acima a previsão da receita bruta da obra de interligação de Esferas / COMPERJ no valor de R\$ 129.540 mil, prazo de 18 meses e em fase de homologação pela PETROBRAS.

Os dados acima também mostram o significativo potencial de obras a acontecer para o ano de 2018. Estas estimativas refletem a situação em março/18, sem incorporação de possíveis novos contratos.

Importante destacar que a receita consolidada do 4º trimestre/17 ficou em R\$ 25.864 mil, que anualizado equivale ao montante de R\$ 105.308 mil, ou seja 43,6% a mais do que foi a receita consolidada de 2017 (R\$ 73.348 mil).

Nesta análise, deve-se ainda admitir:

- que já existem sinais consistentes da retomada do crescimento econômico no País, que podem ser medidos pela elevação gradual do PIB, dos índices da B3, da estabilidade da taxa cambial e os baixos valores dos indicadores de inflação;
- que está ocorrendo uma progressiva redução da taxa de juros SELIC que deverá estabilizar-se na faixa de 6,5% em 2018, criando as condições necessárias para estimular ainda mais a retomada do crescimento econômico, além de reduzir despesas financeiras;
- o Plano de Negócios 2017/2021, anunciado pela PETROBRAS, mostra uma considerável retomada de investimentos da ordem de R\$ 71 bilhões em exploração e produção de petróleo, com reflexos na construção de obras de construção de dutos e de montagens de instalações de produção de óleo e gás. Estas áreas estão intrinsecamente vinculadas às diversas disciplinas em que a ATE se encontra cadastrada no “Vendor List” (CRCC) da PETROBRAS;
- a estimativa da ampliação de 4,0% do PIB da Construção Civil para 2018, ante queda de 5,5% ocorrida em 2017 (Cenário Setorial / dez 2017 – Bradesco);

- o estudo “Infraestrutura Rodoviária no Brasil”, elaborado pela Bain & Company, que indica que o mínimo necessário para que a malha rodoviária do Brasil alcance um patamar adequado é uma extensão que aumente a densidade para 4,2 km por cada 1 mil km² de território. Atualmente, esse valor é de 1,7 km por cada 1 mil km². Para que essa meta seja alcançada, será necessário um investimento de US\$ 300 bilhões, por um período de 12 a 15 anos, para viabilizar um projeto que conectaria 22 capitais e cinco fronteiras comerciais, com a construção de 20 mil quilômetros de rodovias (dados divulgados pela CCR/AUTOBN em nov/16). Este estudo mostra o enorme potencial de obras no segmento de infraestrutura;
- o estudo do BNDES aponta que ocorrerá investimento superior a R\$ 130 bilhões a partir de 2018. Os principais setores que absorverão este investimento são a mobilidade urbana, estradas, ferrovias, portos e aeroportos.
- que as atividades do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI deverão gerar R\$ 142 bilhões em investimentos nos próximos anos, sendo que a Carteira do PPI tem 175 projetos sendo que 105 estão em andamento. Recentemente, o Conselho do PPI aprovou 31 empreendimentos em infraestrutura no valor de R\$ 10 bilhões (Caderno Economia / edição do Estado de S. Paulo de 20/03/18).

Diante do exposto e apesar das dificuldades enfrentadas em 2017, já se verifica um horizonte promissor para o mercado de Infraestrutura no Brasil, mercado este onde estão inseridas as empresas do Grupo da Azevedo & Travassos.

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2017, foram investidos na controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. o valor de R\$ 186 mil contra R\$ 1.095 mil em 2016 e R\$ 3.798 mil em 2015, refletindo a decisão da Diretoria da Companhia em restringir a realização de novos investimentos. Para 2018 estão suspensas aquisições de máquinas e equipamentos, até o momento em que se tenha um melhor cenário das atividades de produção da ATE e da ATSA.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

FINAME, CDC e Leasing, além de recursos próprios, costumam ser as principais fontes de financiamento para a aquisição de máquinas, veículos e equipamentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamentos e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. montante totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Não se aplica.

10.9 OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Em 27/03/18 foi divulgado o seguinte FATO RELEVANTE:

“A Azevedo Travassos S.A., com sede na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1050, inscrita no CNPJ sob o nº 61.351.532/0001-68 (“COMPANHIA”), vem informar ao mercado, na forma da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002, com suas posteriores alterações, que foi comunicada pela Helber S.A. Participações e Administração que esta recebeu proposta vinculante formulada pela AJC Holding Intermediações e Participações S.A. para aquisição da totalidade de suas ações ordinárias de emissão da COMPANHIA, as quais representam o controle acionário da COMPANHIA. As partes desenvolverão os entendimentos e tratativas, bem como a realização das análises e auditorias cabíveis para a consecução da referida transação”.

ANEXO II

ITEM 12 DO FORMULÁRIO DE REFERENCIA

(IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Nome: **RICARDO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES**

Data Nascimento: 06.06.1958

Profissão: Engenheiro Agrônomo

CPF: 850.528.508-59

Cargo eletivo ocupado: Presidente do Conselho de Administração

Data de eleição: 29.04.2016

Data da posse: 29.04.2016

Prazo do Mandato: 2 anos

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Diretor Financeiro; Diretor Presidente

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

2. Nome: **RENATO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES**

Data Nascimento: 16.06.1959

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 051.020.938-60

Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração

Data de eleição: 29.04.2016

Data da posse: 29.04.2016

Prazo do Mandato: 2 anos

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Diretor Executivo; Diretor Presidente

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

3. Nome: **ALBANO JORGE MENDES**

Data Nascimento: 22.02.1956

Profissão: Engenheiro Civil

CPF sob nº 964.206.428-68

Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração

Data de eleição: 29.04.2016

Data da posse: 29.04.2016

Prazo do Mandato: 2 anos

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Engenheiro Residente, Chefe de compras, Gerente de Suprimentos

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

4. Nome: **GUARACY SILVÉRIO DESANT'ANA**

Profissão: Engenheiro Mecânico

CPF sob nº 081.389.908-72

Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração

Data de eleição: 29.04.2016

Data da posse: 29.04.2016

Prazo do Mandato: 2 anos

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Diretor Executivo e de Relações com Investidores de 02/1996 a 03/1998

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

5. Nome: **CARLOS AUGUSTO REIS DE ATHAYDE FERNANDES**

Profissão: Advogado

CPF sob nº 293.525.618-21

Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração

Data de eleição: 29.04.2016

Data da posse: 29.04.2016

Prazo do Mandato: 2 anos

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não.

6. Nome: **MARCOS REINALDO SEVERINO PETERS**

Profissão: Contador

CPF sob nº 023.120.398-50

Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração

Data de eleição: 29.04.2016

Data da posse: 29.04.2016

Prazo do Mandato: 2 anos

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não.

Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal e membros do Comitê de Auditoria Estatutário fornecer:

a) Currículo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. RICARDO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES

a) Currículo

- Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (turma de 1980)
- Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – CEAG (turma de 1985)
- Especialização pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. (turma de 1981)
- Ex-Diretor Presidente da Azevedo & Travassos S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A.
- Sócio cotista da BPM – Agropecuária Ltda.
- Diretor Executivo da Imobel S.A. Urbanizadora e Construtora.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não Aplicável

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não Aplicável

2. RENATO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES

a) Currículo

- Engenheiro Civil pela Faculdade de Engenharia Fundação Armando Álvares Penteado (Turma 1981)
- Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas-SP (1983/1985)
- Membro do Conselho Consultivo da Azevedo & Travassos Petróleo S.A. (1985/1987)
- Diretor de Operações da Azevedo & Travassos Petróleo S.A. (1987/1998)
- Membro do Conselho de Administração da ATP Petróleo S.A. (1998/2000)

- Diretor Superintendente e Responsável Técnico da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.
- Diretor Presidente da Azevedo & Travassos S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não Aplicável

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não Aplicável

3. ALBANO JORGE MENDES

a) Currículo

- Engenheiro Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP (Turma 1981)
- Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie - SP (1983/1985)
- Engenheiro de Obra da Azevedo & Travassos S/A (1981 a 1984)
- Gerente de Suprimentos da Azevedo & Travassos Engenharia desde 1985.
- Membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A.
- Diretor Técnico da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não Aplicável

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não Aplicável

4. GUARACY SILVÉRIO DE SANT'ANA

a) Currículo

- Engenheiro Mecânico pela FEI - PUC/SP (turma 1966)
- MBA em Finanças pela PUC/RJ (1968/1969)
- Pós Graduação pela Universidade de Londres (1979/1980)
- Sócio da Disway Serviços Cooperativos

- Responsável pela implantação dos Cartões AMEX como produto do financeiro do Banco American Express (2002/2006),
- Diretor Executivo e de Relação com Investidores da Azevedo & Travassos S.A. (1996/1998)
- Diretor Estatutário do Banco Exprinter Losan (Exprinter Internacional Bank) e de outras 06 Companhias do Grupo Exprinter (1993/1995)
- Diretor Estatutário do Banco NorChem (atual JP Morgan) (1989/1993)
- Diretor de Controladoria do Citibank NA (1985/1989)
- Diretor Estatutário Argos Companhia de Seguros (Atual Chubb Cia de Seguros) (1981/1984), responsável pela liberação dos recursos para o Programa de Operações de Repasse para Instituições Financeiras (POC) do BNDES (1974/1974)
- Assistente de Diretor Grupo Halles (1973/1974)
- Controller da Sul América Companhia de Seguros (1972)
- Assistente de Diretor e Assistente de Controller da Companhia Paulista de Seguros (1969/1971).

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não Aplicável

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não Aplicável

5. CARLOS AUGUSTO REIS DE ATHAYDE FERNANDES

a) Currículo

- Bacharel em Direito pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP.
- cursou LLM em Direito Societário pelo Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa.
- Realizou os Cursos de Conselho Fiscal na Prática e Secretaria de Governança Corporativa pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
- Foi estagiário e advogado em escritórios de advocacia de renome.
- Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo.
- Associado da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP). É
- Membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A. e Terra Santa Agro S.A.
- Membro efetivo do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A.
- Membro do Comitê de Gente e de Inovação da Terra Santa Agro S.A.
- Membro suplente do Conselho Fiscal da Bombril S.A.
- Foi membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Paranapanema S.A.
- foi Secretário do Conselho de Administração da Mineração Buritirama S.A.
- Ocupa o cargo de Advogado da Bonsucex Holding S.A

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não Aplicável

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não Aplicável

6. MARCOS REINALDO SEVERINO PETERS

a) Currículo

- Doutorado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (2000).
- Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (1993).
- Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (1984).
- Atualmente é Professor Doutor e Pesquisador da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Professor Titular da Fundação Armando Álvares Penteado, Professor Doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor Coordenador do Curso de Extensão Controladoria de Empresas Multinacionais da GVPEC, Membro do Laboratório de Tecnologia de Informação da FIPECAFI, Diretor Executivo da Marpe Contabilidade e Consultoria Ltda.
- Tem larga experiência na área de Contabilidade e Controladoria com ênfase em Contabilidade Internacional. Atua principalmente nas seguintes áreas: Contabilidade Internacional, Controladoria, Finanças, Controles Internos, SOX, IFRS, USGAAP.
- Ocupou cargos de direção em empresas como Paranapanema, ADP Systems, Cetenco, Shizen-Shiseido.
- Membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S. A.,
- Membro Efetivo do Conselho Fiscal das Companhias Alpargatas S.A. e Terra Santa Agro S.A.
- Foi Membro do Conselho Fiscal da Paranapanema S. A. e do Comitê de Governança Corporativa da Mineração Buritirama S.A.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não Aplicável

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não Aplicável

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

| Conselheiros | Participação em reuniões em % |
|--|--------------------------------------|
| RICARDO DE ALEMEIDA PIMENTEL MENDES | 100 |
| RENATO DE ALMEIDA PIMENTEL MENDES | 100 |
| ALBANO JORGE MENDES | 100 |
| GUARACY SILVÉRIO DE SANT'ANA | 100 |
| CARLOS AUGUSTO REIS DE ATHAYDE FERNANDES | 100 |
| MARCOS REINALDO SEVERINO PETERS | 100 |

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

A companhia não possui Comitês estatutários e não estatutários

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

A Companhia não possui Comitês Estatutários e Não Estatutários

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Renato de Almeida Pimentel Mendes – Diretor Presidente da Companhia e Membro do Conselho de Administração e Ricardo de Almeida Pimentel Mendes- Presidente do Conselho de Administração – são irmãos

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Ricardo de Almeida Pimentel Mendes - Presidente do Conselho de Administração e Renato de Almeida Pimentel Mendes – Diretor Superintendente de Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., empresa controlada, são irmãos

Ricardo de Almeida Pimentel Mendes - Presidente do Conselho de Administração e Ivan de Carvalho Junior – Diretor Técnico de Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., empresa controlada, são cunhados.

Renato de Almeida Pimentel Mendes - Presidente da Companhia e Ivan de Carvalho Junior – Diretor Técnico de Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., empresa controlada, são cunhados.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Renato de Almeida Pimentel Mendes – Diretor Presidente da Companhia e Membro do Conselho de Administração e Ricardo de Almeida Pimentel Mendes- Presidente do Conselho de Administração, tem parentesco de até o segundo grau com acionistas da Helber S.A. Participações e Administração, controladora da Companhia

Ivan de Carvalho Junior, Diretor Técnico da controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. tem parentesco por afinidade até o segundo grau com acionistas da Helber S.A. Participações e Administração, controladora da Companhia

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Idem c

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Empresa Controlada (Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.)

- Renato de Almeida Pimentel Mendes – Presidente da Companhia e Membro do Conselho de Administração é Diretor Superintendente de Azevedo & Travassos Engenharia Ltda..

- Albano Jorge Mendes – Membro do Conselho de Administração é Diretor Técnico da



Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

- Aluizio Guimarães Cupertino – Diretor Vice-Presidente da Companhia é Diretor Executivo de Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.
- Abelardo Gomes Parente Junior – Diretor Executivo e de Relação com Investidores da Companhia é Diretor Executivo de Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Outras Empresas Controladas

- Renato de Almeida Pimentel Mendes – Presidente da Companhia e Membro do Conselho de Administração é Diretor Superintendente de Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda., da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda., da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. e da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. .
- Aluizio Guimarães Cupertino – Diretor Vice-Presidente da Companhia é Diretor Executivo da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda., da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda., da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. e da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.
- Abelardo Gomes Parente Junior – Diretor Executivo e de Relação com Investidores da Companhia é Diretor Executivo da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda., da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda., da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. e da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.

b. controlador direto ou indireto do emissor

- Renato de Almeida Pimentel Mendes é acionista de Helber S.A. Participações e Administração, controladora da Companhia.
- Ricardo de Almeida Pimentel Mendes é administrador e acionista de HELBER S.A. Participações e Administração, controladora da Companhia.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável

ANEXO II

ITEM 12 DO FORMULÁRIO DE REFERENCIA

(IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009)

CONSELHO FISCAL

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

CONSELHO FISCAL - MEMBROS EFETIVOS

1. Nome: **WALTER RAMOS FILHO**

- a. Profissão: Contador
- b. CPF: sob nº 937.758.148-68
- c. Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho Fiscal
- d. Data de eleição: 28.04.2017
- e. Data da posse: 28.04.2017
- f. Prazo do Mandato: 1 ano
- g. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
- h. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

2. Nome: **LUCIANO NEVES PENTEADO MORAIS**

- a. Profissão: Advogado
- b. CPF: sob nº 076.179.188-44
- c. Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho Fiscal
- d. Data de eleição: 28.04.2017
- e. Data da posse: 28.04.2017
- f. Prazo do Mandato: 1 ano
- g. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
- h. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

3. Nome: **GENIVAL FRANCISCO DA SILVA**

- a. Profissão: Contador
- b. CPF: sob nº 003.736.268-27
- c. Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho Fiscal
- d. Data de eleição: 28.04.2017
- e. Data da posse: 28.04.2017
- f. Prazo do Mandato: 1 ano
- g. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
- h. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

4. Nome: **EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA FILHO**

- a. Profissão: Corretor de Seguros
- b. CPF: sob nº 077.239.118-15
- c. Cargo eletivo ocupado: Nenhum
- d. Data de eleição:
- e. Data da posse:
- f. Prazo do Mandato:
- g. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Membro do Conselho Fiscal
- h. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não

5. Nome: **FÁBIO GALLO GARCIA**

- a. Profissão: Administrador
- b. CPF: sob nº 931.918.128-49
- c. Cargo eletivo ocupado: Nenhum
- d. Data de eleição:
- e. Data da posse:
- f. Prazo do Mandato:
- g. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
- h. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não

CONSELHO FISCAL – SUPLENTE

1. Nome: **MARCOS LUIZ VIRGINIO DA CRUZ**

Profissão: Contador
CPF: sob nº 671.354.988-87
Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição: 28.04.2017
Data da posse: 28.04.2017
Prazo do Mandato: 1 ano
Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

2. Nome: **JOÃO SERVERINO DA SILVA**

Profissão: Contador
CPF: sob nº 151.293.638-33
Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição: 28.04.2017
Data da posse: 28.04.2017
Prazo do Mandato: 1 ano
Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

3. Nome: **João Francisco de Biase Wright**

Profissão: Engenheiro de Produção
CPF: sob nº 037.266.907-78

Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição: 28/04/17
Data da posse: 28/04/17
Prazo do Mandato: 1 ano
Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

4. Nome: **CÉLIO DE MELO ALMADA NETO**

Profissão: Advogado
CPF: sob nº 255.588.078-06
Cargo eletivo ocupado: Nenhum
Data de eleição:
Data da posse:
Prazo do Mandato: 1 ano
Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Suplente do Conselho Fiscal
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não.

5. Nome: **GABRIELA ROLLER CURI**

Profissão: Advogada
CPF: sob nº 230.756.808-50
Cargo eletivo ocupado: Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição: 28/04/17
Data da posse: 28/04/17
Prazo do Mandato: 1 ano
Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não.

Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal e membros do Comitê de Auditoria Estatutário fornecer:

CONSELHO FISCAL

1. Nome: **WALTER RAMOS FILHO**

a) Currículo

- Técnico em Contabilidade pela Escola do Comércio Álvares Penteadó (turma de 1976)
- Bacharel em Ciências Contábeis pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (turma de 1981).
- Sócio da Organização Contábil Ramos, desde 1978.
- Membro do Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A, desde 2003.

b) **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. **qualquer condenação criminal**
Não aplicável
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**
Não Aplicável
- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável.

2 . Nome: **LUCIANO NEVES PENTEADO MORAES**

a) Currículo

- Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie (1983).
- Bacharel em Administração pela Universidade Mackenzie (1986).
- Advogado inscrito na OAB/SP sob nº 76.828, atuou e como gestor jurídico e de negócios em empresas de capital fechado como BANCO ITAÚ S.A., DURATEX FLORESTAL S.A., CIA. SUZANO DE PAPEL E CELULOSE, LOGOS ENGENHARIA S.A., LOGOS INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. ARCADIS LOGOS ENERGIA S.A., TRADENER LTDA e J MALUCELLI SEGURADORA S.A., muitas vezes responsável pela avaliação, viabilização, negociação, implantação e gestão de negócios e empreendimentos em geral, bem como de seus produtos derivados.
- Atualmente, como consultor, presta os mesmos serviços em análises, assessorias e consultorias jurídicas, financeiras, estratégicas e de negócios, com enfoque à área de gestão de riscos na implantação de projetos de infraestrutura ou de grande porte, para diversas empresas do setor produtivo nacional. da Organização Contábil Ramos, desde 1978.
- Membro do Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A, desde 2014.

b) **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. **qualquer condenação criminal**
Não aplicável
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**
Não Aplicável
- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável

3 . Nome: **GENIVAL FRANCISCO DA SILVA**

a) Currículo

- Formado em Ciências Contábeis e Ciências Atuariais pela PUC SP (1988)
- Pós graduado em Estudos Estratégicos pela USP (1998)
- MBA em Gerência Avançada pela Universidade de Harvard Business School (2001)
- Auditor Junior chegando a Diretor da Ernst & Young (1982 a 1992)
- Diretor Adjunto do Banco ABC Roma S.A (ago 1992 a mai 1994)
- Diretor Executivo do Banco Fisca S.A (mai 1994 a nov 2007)

- Diretor Executivo do Banco Indusval S.A (jan 2008 a fev 2009)
- Vice-Presidente do WEB Traffic Inteligência (desde mar 2009)
- Suplente do Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A em 2013 e membro efetivo a partir de 2014.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não aplicável.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não Aplicável.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não Aplicável.

4. Nome: EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA FILHO

a) Currículo

- Corretor de Seguros. Sócio-Gerente da EMS Corretora de Seguros Ltda.ME desde 1990.
- De 1972 a 1975 foi Gerente de Incentivos Fiscais da Baú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..
- Entrou no Banco Finasa de Investimentos S.A em 1975, como operador de “open-market”, no mesmo ano passou a Gerente do Departamento de Captação.
- Em 1978 foi promovido a Diretor Adjunto.
- Em 1979 foi eleito Diretor da Finasa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.
- Em abril de 1980 foi eleito também Diretor do Banco Finasa de Investimento S.A. - Em setembro de 1980, eleito Diretor da Finasa Seguradora S.A., tendo renunciado às diretorias do Banco de Investimento e da Corretora de Valores.
- Em 1981, foi eleito Diretor Gerente da Finasa Seguradora S.A. e Diretor da Finasa Previdência Privada S.A.
- Pelo período de 1983 à 1984 foi Diretor Geral da Empresa Velumar Participações S/C Ltda. Ao longo do tempo prestou consultoria a diversas empresas, nos ramos financeiro e imobiliário.
- Atuou como Diretor da Empresa Ponto 3 D.T.V.M.Ltda. de 1988 à 1990.
- Foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná em abril de 2001.
- Membro do Conselho Fiscal da Terra Santa Agro S.A. e membro suplente do Banco Pan S.A.
- Foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Bombril S.A., Azevedo & Travassos S.A, do Grupo Paranapanema e Alpargatas S.A.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não aplicável

- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**
Não Aplicável
- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável.

5. Nome: **FÁBIO GALLO GARCIA**

a) Currículo

- Graduado em Engenharia e Administração de Empresas,
- Doutor em Finanças pela EAESP-FGV / Universidade do Texas e em Filosofia pela PUC/SP.
- Mestrado em Finanças pela EAESP-FGV.
- Pós-graduado em Administração Contábil e Financeira – CEAG – EAESP-FGV.
- Professor de Finanças da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) e de Finanças da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).
- Colunista do jornal O Estado de São Paulo.
- Ex-Vice-Reitor Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.
- Membro efetivo do Conselho de Administração da Rossi Residencial S.A.
- Foi membro Suplente do Conselho Fiscal da Alpargatas.

b) **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. **qualquer condenação criminal**
Não aplicável
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**
Não Aplicável
- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

| Conselheiros | Participação em Reuniões - % |
|-------------------------------|-------------------------------------|
| WALTER RAMOS FILHO | 100 |
| LUCIANO NEVES PENTEADO MORAES | 100 |
| GENIVAL FRANCISCO DA SILVA | 100 |
| DORIS BEATRIZ FRANÇA WILHELM | 100 |
| PAULO AMADOR THOMAZ A.C BUENO | 90 |

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

A Companhia não possui Comitês Estatutários e Não Estatutários.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

A Companhia não possui Comitês Estatutários e Não Estatutários.

Os Candidatos indicados para o Conselho Fiscal não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau que se enquadrem nos requisitos listados no item 10.9 do Formulário de Referência.

Não existe relação de subordinação, prestação de serviço ou de controle entre os Candidatos indicados para o Conselho Fiscal e (1) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, (ii) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; ou (iii) fornecedor, cliente, devedor ou credor relevante da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO III

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERENCIA (IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal é manter seus profissionais, para que possam contribuir para o desenvolvimento do negócio e pela busca de melhorias constantes

b. Composição da remuneração indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais, seguindo o padrão de mercado. Os membros do Conselho de Administração que exercem outra função na Companhia não recebem remuneração pelo exercício do cargo de Conselheiro.

DIRETORIA

Os membros da Diretoria recebem salários fixos mensais, seguindo o padrão de mercado. Os salários são diferenciados.

CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal são remunerados pelo valor mínimo legal, correspondendo a 10 % (dez por cento) da média da remuneração dos administradores, não computados benefícios ou gratificações.

ii. com relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total
A remuneração é fixa na sua integralidade.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
Os valores de reajuste da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral Ordinária e costumadamente seguem a variação anual concedida pelo Dissídio/Convenção Coletiva da Categoria preponderante na Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração
A remuneração composta somente de parcela fixa é justificada pela situação de mercado e capacidade de pagamento da companhia.

v. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração e Diretoria que exercem outras funções em sua Controlada, Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., têm sua remuneração suportada integralmente ou parte por essa, objetivando a contenção de despesas.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não aplicável

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração busca a manutenção dos profissionais na Companhia, totalmente inteirados com seu tipo de negócio.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Um Diretor tem 50% de sua remuneração suportada por controlada ATE.

Dois Conselheiros não são remunerados pois recebem seus vencimentos, um como Diretor da ATSA e outro como Diretor da ATE.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

| Exercício 2015 | Conselho Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total Geral |
|--|-------------------------------|------------------|------------------------|--------------------|
| Número de membros | 6 | 3 | 5 | 14 |
| Número de Membros Remunerados | 4 | 3 | 5 | 12 |
| Remuneração Fixa Anual | | | | |
| *Honorários | 387.008 | 1.437.780 | 259.848 | 2.084.636 |
| *Benefícios Diretos e Indiretos | 44.890 | 91.113 | - | 136.003 |
| *Remuneração por participação em comitês | - | - | - | - |
| *Outros | - | - | - | - |
| Remuneração Variável | - | - | - | - |
| *Bônus | | | | |
| *participação nos resultados | | | | |
| *remuneração por participação em reuniões | | | | |
| *comissões | | | | |
| *outros | | | | |
| Benefícios pós-emprego | - | - | - | - |
| Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo | - | - | - | - |
| Remuneração Baseada em Ações | - | - | - | - |
| Total | 431.898 | 1.528.893 | 259.848 | 2.220.639 |

| Exercício 2016 | Conselho Administração | Diretora | Conselho Fiscal | Total Geral |
|--|-----------------------------------|---------------------|----------------------------|------------------------|
| Número de membros | 6 | 3 | 5 | 14 |
| Número de Membros Remunerados | 4 | 3 | 5 | 12 |
| Remuneração Fixa Anual | | | | |
| *Honorários *Benefícios Diretos e Indiretos *Remuneração por participação em comitês *Outros | 416.336 33.850 | 1.565.498 75.755 | 284.305 - | 2.266.139 109.605 |
| Remuneração Variável *Bônus *participação nos resultados *remuneração por participação em reuniões *comissões *outros | - | - | - | - |
| Benefícios pós-emprego | - | - | - | - |
| Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo | - | - | - | - |
| Remuneração Baseada em Ações | - | - | - | - |
| Total | 450.186 | 1.641.253 | 284.305 | 2.375.744 |

| Exercício 2017 | Conselho Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total Geral |
|---|------------------------|---------------------|-----------------|----------------------|
| Número de membros | 6 | 3 | 5 | 14 |
| Número de Membros Remunerados | 4 | 3 | 5 | 12 |
| Remuneração Fixa Anual | | | | |
| *Honorários *Benefícios Diretos e Indiretos *Remuneração por participação em comitês *Outros | 427.888 34.294 | 1.094.055 70.206 | 287.300 - | 1.809.243 104.500 |
| Remuneração Variável *Bônus *participação nos resultados *remuneração por participação em *reuniões *comissões *outros | - | - | - | - |
| Benefícios pós-emprego | - | - | - | - |
| Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo | - | - | - | - |
| Remuneração Baseada em Ações | - | - | - | - |
| Total | 462.182 | 1.164.261 | 287.300 | 1.913.743 |

| Exercício 2018 - Estimativa | Conselho Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total Geral |
|---|------------------------|---------------------|-----------------|----------------------|
| Número de membros | 6 | 3 | 5 | 14 |
| Número de Membros Remunerados | 4 | 3 | 5 | 12 |
| Remuneração Fixa Anual | | | | |
| *Honorários *Benefícios Diretos e Indiretos *Remuneração por participação em comitês *Outros | 450.000 36.000 | 1.150.000 73.000 | 291.000 - | 1.891.000 109.000 |
| Remuneração Variável *Bônus *participação nos resultados *remuneração por participação em *reuniões *comissões *outros | | | | |
| Benefícios pós-emprego | | | | |
| Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo | | | | |
| Remuneração Baseada em Ações | | | | |
| Total | 486.000 | 1.223.000 | 291.000 | 2.000.000 |

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

A Companhia não tem plano de remuneração variável.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever.

A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de administração e da Diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações.

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

Não aplicável.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo.

Não aplicável .

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão.

| Órgão | Características dos Títulos | Quantidade de Ações | Mesma Espécie Classe % | Total % |
|---------------------------|-----------------------------|---------------------|------------------------|---------|
| Conselho de Administração | ORDINÁRIAS | 360.400 | 4,00 | 1,34 |
| | PREFERENCIAIS | 429.800 | 2,39 | 1,59 |
| Diretoria | ORDINÁRIAS | 1.000 | 0,011 | 0,004 |
| | PREFERENCIAIS | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Conselho Fiscal | ORDINÁRIAS | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | PREFERENCIAIS | 0 | 0,00 | 0,00 |

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela.

A Companhia não oferece Planos de previdência.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à Diretoria estatutária e ao Conselho Fiscal.

| Exercício 2015 | Conselho Administração | Diretoria | Conselho Fiscal |
|---------------------------------------|-------------------------------|------------------|------------------------|
| Número de membros | 6 | 3 | 5 |
| Número de membros remunerados | 4 | 3 | 5 |
| Valor da maior remuneração individual | 141.642 | 636.162 | 51.970 |
| Valor da menor remuneração individual | 0 | 266.939 | 51.970 |
| Valor médio da remuneração individual | 107.974 | 509.631 | 51.970 |

| Exercício 2016 | Conselho Administração | Diretoria | Conselho Fiscal |
|---------------------------------------|-------------------------------|------------------|------------------------|
| Número de membros | 6 | 3 | 5 |
| Número de membros remunerados | 4 | 3 | 5 |
| Valor da maior remuneração individual | 137.934 | 679.162 | 55.908 |
| Valor da menor remuneração individual | 0 | 290.918 | 55.908 |
| Valor médio da remuneração individual | 112.546 | 547.085 | 55.908 |

| Exercício 2017 | Conselho Administração | Diretoria | Conselho Fiscal |
|---------------------------------------|-------------------------------|------------------|------------------------|
| Número de membros | 6 | 3 | 5 |
| Número de membros remunerados | 4 | 3 | 5 |
| Valor da maior remuneração individual | 141.266 | 482.562 | 57.460 |
| Valor da menor remuneração individual | 0 | 205.464 | 57.460 |
| Valor médio da remuneração individual | 115.545 | 388.087 | 57.460 |

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não Aplicável

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Conselho de Administração: 25 %

Diretoria: 33,3%

Conselho Fiscal: 0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tal valores foram atribuídos a tais indivíduos

A remuneração de um dos Diretores da Companhia é suportada, na seguinte proporção: 50% pela Controladora (emissora) e 50% pela controlada, Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Não foram identificadas outras informações relevantes além das já disponibilizadas.